

Congresso deve receber novo projeto este ano

Christiane Bueno Malta
de São Paulo

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse ontem, ao final da sessão que debateu a política de competência na promoção da competitividade e do desenvolvimento na Unctad XI, que o governo está propondo um novo projeto de defesa da concorrência que deve ser encaminhado até o fim deste ano ao Congresso Nacional, mas que os trabalhos feitos até agora impediram formação de cartéis (trustes).

Durante sua palestra, o ministro enfatizou a importância de fortalecer os mecanismos concorrenciais, os marcos regulatórios e acesso a mercados porque são esses mecanismos que vão estimular novos negócios e a competitividade. Ele lembrou que a política de concorrência no Brasil é relativamente nova, 10 anos neste mês, mas tem promovido empregos e garantido bem-estar aos consumidores.

"Apesar do desenvolvimento conquistado e a atividade da concorrência já ser uma realidade no Brasil, agora, porém, é preciso consolidá-la. É preciso eliminar os efeitos deletérios das condutas não-concorrenciais", disse Bastos. A erradicação da pobreza no País, disse Bastos, é um dos maiores desafios, daí a necessidade de uma política forte e a da concorrência ser primordial.

"A cooperação internacional permite alcançar importantes avanços e os resultados atingidos nesta reunião devem desenvolver as relações concorrenciais", disse o ministro. "O Brasil inclui a concorrência num dos pontos centrais de sua política com vistas ao desenvolvimento sustentado".

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, que também participou da sessão sobre direito concorrencial, avaliou que o volume de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) mudou bastante em relação à fase de privatizações, conforme levantamento divulgado na própria Unctad. Contudo, recentemente o volume de IDE tem sido mais positivo, com maior ênfase nos bens comerciais, que podem gerar recursos externos. "É um movimento positivo e o governo tem trabalhado para garantir mais investimentos." Ele acrescentou, no entanto, que o IDE é bem vindo, mas é preciso estimular a poupança doméstica.

O governo tem trabalhado nesse sentido, criando mecanismos que

direcionem os investimentos para setores como infra-estrutura, transportes etc. "As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são um desses mecanismos, assim como a iniciativa do setor imobiliário que seguiu para o Congresso, informou Levy.

Durante o debate sobre direito concorrencial, Levy enfatizou que as políticas de concorrência e competência são garantias essenciais para uma economia livre, como a brasileira. "Acreditamos também na importância dos princípios da concorrência no comércio. É preciso condições de igualdade para que os produtores não enfrentem um comércio injusto ou distorções. Essa política é base para competitividade", disse Levy.

"Nossa agricultura tem investimentos contínuos para que tenha um custo menor, com maior eficiência, daí a produção crescer mais do que a área plantada. Essa política também visa o cuidado com o meio ambiente", disse o secretário do Tesouro Nacional.

A integração crescente dos diversos órgãos de concorrência do Brasil tem recebido particular interesse. A Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Justiça, tendo à frente o secretário José Tavares, tem obtido resultados positivos e concretos para a defesa da concorrência e benefícios para toda a sociedade, segundo Levy.

O secretário do Tesouro lembrou ainda, que na semana passada, na reunião preparatória, outra área mencionada foi a das indústrias reguladas. "O Brasil tem desafios importantes como o do setor de energia elétrica, com a regulação em curso, passando de monopólio para um setor mais pulverizado. A concorrência e a liberdade de iniciativa são benéficas para a sociedade, mas é preciso regulação".

Outra setor fundamental é o setor financeiro, onde a concorrência levará ao fortalecimento das instituições no tocante ao crédito e a ampliação de serviços, ajudando principalmente micro e pequenas empresas. "São áreas essenciais para a livre concorrência, que garante os frutos da riqueza e distribuição adequada", disse Levy.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas, elogiou o trabalho da Unctad no sentido de beneficiar países pobres.

No setor financeiro, a concorrência levará ao fortalecimento das instituições